

Análise das Interações da Audiência Pública da CMMRV 1309/2025 sobre o Plano Brasil Soberano – 30/09/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **84 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão Mista da Medida Provisória (MPV) 1309/2025, em 30/09/2025, sobre o "Plano Brasil Soberano: medidas de apoio a exportadores e resposta às tarifas adicionais impostas pelos EUA". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação da Medida Provisória.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 84

Temas principais:

- Eficácia e Abrangência do Plano (33%):** A maior parte das manifestações questiona a eficácia e o alcance do Plano Brasil Soberano. Os cidadãos demonstram preocupação sobre se as medidas serão suficientes para proteger os empregos e a competitividade da indústria nacional. Há um interesse particular em entender como o plano garantirá que o apoio chegue também aos pequenos e médios exportadores, e não apenas aos grandes. A necessidade de diversificar os parceiros comerciais e reduzir a dependência do mercado norte-americano também foi um ponto recorrente.

Exemplo: “Como o Plano Brasil Soberano pode fortalecer a competitividade dos exportadores diante das tarifas impostas pelos EUA?” (Isabela M., ES)

2. Impacto Fiscal e Fontes de Recurso (24%): O impacto fiscal da Medida Provisória é a segunda maior preocupação dos participantes. Os cidadãos questionam sobre o custo do plano para o governo e de onde virão os recursos para financiar os incentivos. Há uma curiosidade sobre como a perda de receita com a isenção de impostos de importação será compensada, e se os benefícios fiscais não gerarão um déficit excessivo.

Exemplo: “Qual o impacto fiscal de isenção? A perda de receita no II compensa com o ganho em arrecadação interna com empregos e estímulo da indústria?” (Anderson R., RS)

3. Critérios e Implementação (20%): Cerca de 20% das perguntas e dos comentários focam nos critérios de seleção e na implementação prática do plano. Os participantes querem saber quais setores terão prioridade, como será a regulamentação e a operacionalização das medidas, e que órgãos serão responsáveis pela fiscalização. A transparência e o controle social na concessão dos incentivos fiscais são pontos de grande interesse.

Exemplo: “Quais critérios de transparência e controle social garantirão que os incentivos cheguem a setores mais afetados pelas tarifas?” (Alan B., TO)

4. Soberania e Relações Internacionais (15%): Questões sobre soberania nacional e a estratégia diplomática do Brasil frente às barreiras comerciais impostas pelos EUA foram levantadas. Os cidadãos debatem se o plano é uma ação reativa ou parte de uma estratégia de longo prazo, e quais alternativas diplomáticas e jurídicas o Brasil pode adotar. Há também quem defende uma postura mais firme em defesa da soberania nacional.

Exemplo: “Como equilibrar soberania econômica e abertura aos mercados globais?” (Carla M., SP)

5. Apoio a Setores Específicos e Trabalhadores (8%): As participações se concentram no apoio a setores específicos e na proteção dos empregos dos trabalhadores. Cidadãos perguntam de que forma o plano pretende proteger diretamente os empregos nas cadeias produtivas afetadas pelas tarifas e se existem medidas específicas para garantir a manutenção dos postos de trabalho.

Exemplo: “De que forma o Plano pretende proteger diretamente os empregos dos trabalhadores das cadeias produtivas afetadas pelas tarifas dos EUA?” (Ana C., SC)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma cidadania atenta e preocupada com a resposta do Brasil às tarifas norte-americanas, com um debate focado na eficácia, abrangência e no custo fiscal do Plano Brasil Soberano. As preocupações com a implementação, a transparência na aplicação dos recursos e a proteção equitativa de grandes e pequenos exportadores foram temas recorrentes, enquanto a defesa da soberania nacional e a necessidade de diversificação de mercados foram apresentadas como estratégias cruciais para a política comercial brasileira.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35825>